



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2019**

PLE 284/2018

Segurança Pública
Segurança Pública
Mulher



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

PLE Nº 284/2018

Programa 3 – Gestão Estratégica da Investigação Criminal

Proponentes

Adriano Pivoto Palma e Marcelo Armstrong da Silva – Sindicato dos Servidores da Polícia Civil / José Maria dos Santos Júnior – Escola Estadual José Gabriel de Oliveira / Luania Ludmilla Castro, Julia Alcantara de Paula França, Mariana Duarte Paolinelli e Elmo Rodrigues Rosa – Polícia Civil de Minas Gerais / Rogério Dias dos Santos Júnior e Juliano Gualberto Garcia Campos – Departamento de Trânsito de Minas Gerais / Flávia Morato Teixeira e Lívia Maria Gomes Abrão Raso – Polícia Civil de Minas Gerais / Larissa Mascotte Carvalhaes e Ricardo Antunes Oliveira – Polícia Civil de Minas Gerais / Roselane Andrea da Silva – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo – Sedpac / Mariângela de Bessa Chácara – Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI / Júnior José da Silva e Vânia Lúcia de Almeida – Sedpac / Marcela Versiani Apolinário e Rosali Belmont – instituição não informada.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2018&n=284&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 284 sugeriu as seguintes alterações no Programa 3 – Gestão Estratégica da Investigação Criminal:

- Na Ação 4003 – Perícias Técnico-Científicas:
 - aumento da meta financeira em todos os territórios para aquisição de equipamentos (como computadores, instrumental e mobiliário específicos) para o Instituto Médico Legal em Belo Horizonte e postos de perícia médico-legais do Estado, além de instalação de laboratórios para proporcionar completude das perícias técnicas da Polícia Civil. Essa sugestão visa dar maior qualificação à investigação criminal; acompanhar a evolução das tecnologias aplicadas à perícia médico-legal; melhorar a qualidade das perícias médico-legais do ponto de vista técnico, contribuindo para uma maior elucidação de crimes, considerando-se que a prova material estabelecida através dos laudos médico-legais é um dos cerne da investigação criminal; atender à necessidade de qualificação da investigação criminal em geral aplicada às vítimas de violência sexual; atender à necessidade de melhoria das condições de atendimento e humanização no acolhimento às vítimas de violência, notadamente nos casos de crimes sexuais.
- Na Ação 4005 – Exercício de Polícia Judiciária e Investigação Criminal:
 - aumento da meta financeira para aquisição de mobiliário de escritório com vistas a melhorar o atendimento ao público, bem como as condições de trabalho dos policiais civis nas unidades policiais, especialmente nas delegacias de Sarzedo, Ibitiré, Durval de Barros, Juiz de Fora, Barbacena, Palmital, Santa Luzia e nas delegacias da Capital.
- Encaminhamento de moção ao governador do Estado para nomeação e posse dos 546 excedentes do concurso de investigador da Polícia Civil, realizado em 2014.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emenda à LOA:**

- Ação 4003 – Perícias Técnico-Científicas:
 - acréscimo de recursos na ação, para a aquisição de equipamentos (computadores e mobiliário específicos) para o Instituto Médico Legal – IML – de Belo Horizonte e os postos de perícia médico-legais do Estado (R\$300.000,00), para o atendimento às vítimas de violência sexual e para a instalação de laboratórios no IML de Belo Horizonte (R\$200.000,00). (despesas de capital)

- **Requerimentos:**

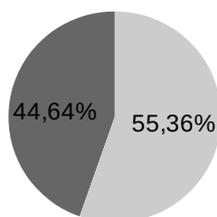
- À Chefia da Polícia Civil, pedindo providências para priorizar, no ano de 2019, a aquisição do mobiliário de escritório necessário à devida estruturação das delegacias, como forma de proporcionar melhores condições de atendimento ao público externo e de trabalho para os policiais civis no Estado.
- Ao governador do Estado, pedindo providências para nomear os 546 excedentes do concurso de investigador da Polícia Civil realizado no ano de 2014, conforme moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 284/2018

Visão geral da execução financeira do Programa 3 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – Jan/Agosto 2019

Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

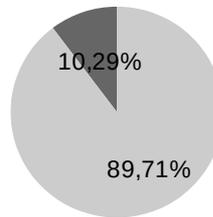
PROGRAMA 3



■ Despesa realizada
■ Despesa a realizar

Despesa realizada	R\$ 25.979.634,38
Despesa a realizar	R\$ 32.213.064,59

AÇÃO 4003



■ Despesa realizada
■ Despesa a realizar

Despesa realizada	R\$ 650.985,09
Despesa a realizar	R\$ 5.675.356,66

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4003 – PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

FINALIDADE: ENCONTRAR OU PROPORCIONAR A CHAMADA PROVA TÉCNICA, OU PROVA PERICIAL, MEDIANTE A ANÁLISE CIENTÍFICA DE VESTÍGIOS PRODUZIDOS E DEIXADOS NA PRÁTICA DE DELITOS E EXECUTAR PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS, VISANDO QUALIFICAR A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
5.474.889,00	6.326.341,75	650.985,09	10,29	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
284	11.809	À Chefia da Polícia Civil, pedindo providências para priorizar, no ano de 2019, a aquisição do mobiliário de escritório necessário à devida estruturação das delegacias, como forma de proporcionar melhores condições de atendimento ao público externo e de trabalho para os policiais civis no Estado.	Não	
284	11.867	Ao governador do Estado, pedindo providências para nomear os 546 excedentes do concurso de investigador da Polícia Civil realizado no ano de 2014, conforme moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o [site Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Segurança Pública](#) e para [Mulher](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.